

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 531.053 - MG (2019/0262847-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : CALIMERIO FLAVIO SOUSA MARQUES E OUTRO
ADVOGADOS : CALIMÉRIO FLÁVIO SOUSA MARQUES - MG122688
DANIELA MONTEIRO DO NASCIMENTO - MG141517
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARCOS FELIX DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

O requerente **Marcos Felix de Oliveira** ingressa com pedido de reconsideração (fls. 134 e 135) da decisão de fls. 75/77, pela qual indeferi a liminar requerida.

Insiste pela reconsideração da decisão, ao argumento de que a prisão preventiva foi firmada exclusivamente em razão da ausência de endereço atualizado do paciente e ressalta ser o *parecer favorável do IRMP, bem como o fato de que o RÉU ENCONTRA-SE PRESO PREVENTIVAMENTE, de forma injusta e ilegal, bem como o fato de que todas as informações da prisão já encontram-se nos autos* (fl. 134).

É o relatório.

Ao compulsar os autos, concluo ser desarrazoada a presente pretensão, sobretudo porque, em princípio, o alegado constrangimento **não** se apresenta com a nitidez imprimida na inicial porque o voto condutor do acórdão impugnado fez menção ao fato de que o paciente *está em local incerto e não sabido, conforme certidão de f. 25, sem a certeza de um endereço para ser comunicado dos atos processuais* (fl. 67).

Ilustrativamente: *mencione-se que a jurisprudência desta Corte entende que, ao acusado que comete delitos, o Estado deve propiciar meios para o processo alcançar um resultado útil. Assim, determinadas condutas, como a não localização, ausência do distrito da culpa, a fuga (mesmo após o fato), podem demonstrar o intento do agente de frustrar o direito do Estado de punir, justificando a prisão.*" (HC n. 468.319/SE, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 26/10/2018 – grifo nosso).

Ademais, *condições pessoais favoráveis não têm o condão de revogar a*

Superior Tribunal de Justiça

prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a necessidade da custódia preventiva (HC n. 480.070/RJ, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 22/8/2019).

Em acréscimo, neste exame prelibatório, o entendimento deste Superior Tribunal é assente no *sentido de que, demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011* (HC n. 507.171/MT, Rel. Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 2/8/2019).

Igualmente: RHC n. 103.986/RR, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 1º/3/2019.

Por conseguinte, o caso dos autos apresenta **especificidades** que excluem a possibilidade de concessão da liminar.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator